

### **3. Introdução e justificativa**

Sabemos que o curso concreto da história, ainda que seja balizado por condições dadas, depende em grande parte da ousadia dos que se propõem a agir em função de fins historicamente viáveis. Não incorremos, portanto, na vã pretensão de tentar delimitar teoricamente o curso provável dos acontecimentos futuros, da ação coletiva motivada por vontades políticas que tornem factível o que estruturalmente é apenas possível (Cardoso e Faletto, 1984, p. 143).

A citação de Cardoso e Faletto toca no ponto essencial a que esse projeto de pesquisa pretende se dedicar. Se a industrialização de países como Brasil e Argentina era algo estruturalmente possível no início da década de 1930, em função das bases lançadas pela economia agrário-exportadora, o que tornou factível essa possibilidade estrutural? Há duas maneiras de responder a essa questão.

Uma primeira resposta, a que poderíamos chamar de economicista, entende o processo de industrialização no Brasil e na Argentina, após 1930, como o resultado de constrangimentos exclusivamente econômicos impostos às economias agrário-exportadoras em função de choques externos. Nesse sentido, “a industrialização na América Latina esteve muito vinculada aos desenvolvimentos na balança de pagamentos. Eventos como as duas grandes guerras e a depressão de 1930 forneceram fortes incentivos para a produção local de manufaturas na medida em que a oferta de bens manufaturados importados era ou interrompida ou proibida” (Ffrench-Davis *et alli*, 1998, p. 189).

Segundo a já clássica descrição de Maria da Conceição Tavares acerca da economia brasileira, os choques externos reduziram drasticamente a capacidade para importar da economia agrário-exportadora, o que, por sua vez, aumentou a demanda interna por bens de consumo manufaturados que, não podendo ser satisfeita pela importação, estimulou a produção interna substitutiva desses bens; esse estímulo se traduziu numa ampliação e diversificação do parque industrial que, por conseguinte,

---

<sup>1</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR. Pesquisador do CNPq.

aumentou a demanda derivada por meios de produção, bens intermediários e matérias-primas importadas; esse aumento da demanda derivada, frente à permanência de uma capacidade para importar relativamente baixa, induziu a um novo movimento substitutivo. Assim, ainda segundo Tavares, o Brasil teria passado, entre 1930 e 1948, por um processo de substituição de importação de bens de consumo não-duráveis; entre 1948 e 1955, por um processo de substituição de importação de bens de consumo duráveis e, por fim, entre 1955 e 1961, por um processo de substituição de importação de bens de capital (Tavares, 1982).

Não se trata, evidentemente, de negar a importância dos choques externos e dos seus efeitos sobre a demanda interna e a balança de pagamentos para industrialização substitutiva de importações no Brasil e na Argentina<sup>2</sup>. No entanto, esse tipo de explicação parece pressupor que o avanço desse processo, para além das reações de caráter estritamente defensivo logo após os choques externos, prescinde de variáveis políticas, desenvolvendo-se automaticamente uma vez iniciado. Assim, não apenas o impulso inicial, fomentado pelos choques externos, é abordado em termos estritamente econômicos, como também a continuidade do processo é interpretada como resultante exclusiva dos incentivos gerados pela expansão do parque industrial<sup>3</sup>.

A segunda resposta à questão enunciada anteriormente pretende ir além dos determinantes econômicos do processo de industrialização ao incluir na explicação fatores que, na falta de um termo melhor, poderíamos chamar de “volitivos”. Nessa perspectiva, para que as condições estruturais determinadas pelos choques externos se traduzam efetivamente em industrialização<sup>4</sup> é preciso que agentes dispostos a incentivar esse processo estejam presentes. Para ser mais específico, no caso particular de países na periferia do capitalismo, o processo de industrialização precisa contar com a presença de agentes estatais portadores de uma ideologia industrializante dispostos a criar condições político-institucionais para o seu avanço.

---

<sup>2</sup> Para o caso argentino, muito semelhante ao brasileiro nesse aspecto, ver Romero, 2006, especialmente capítulos III e IV, e Fausto e Devoto, capítulo 3.

<sup>3</sup> É verdade que Tavares insiste na importância das políticas governamentais e dos investimentos públicos para que o Brasil passe de uma industrialização substitutiva de importações para um modelo auto-sustentado de crescimento. No entanto, essa variável política nunca é efetivamente abordada no seu modelo descritivo do processo de industrialização substitutiva no Brasil. Cf. Tavares, 1982, p. 118.

<sup>4</sup> Os critérios definidores do que seja “industrialização” estão listados na nota 9.

Salvo engano, essa proposição foi feita inicialmente no clássico trabalho de Alexander Gerschenkron. Para esse autor, aliás, mesmo uma explicação essencialmente econômica do processo de industrialização não poderia dispensar esse aspecto volitivo. Num brilhante ensaio em que dialoga com Marx sobre o conceito de “acumulação primitiva”, Gerschenkron reconhece a importância histórica da acumulação primitiva como pré-condição estrutural para que o processo de industrialização ocorra. No entanto, continua o autor, a simples disponibilidade de riqueza pouco significaria se não estivesse em mãos de pessoas dispostas a investir na atividade industrial ou a transferi-la, de uma forma ou de outra, para aqueles nela engajados. Segundo Gerschenkron, há inúmeros casos históricos em que tal transferência não ocorre, seja por causa de uma tradição atávica de entesouramento, seja por conta de uma oposição sistemática por parte dos proprietários rurais ou de comerciantes temerosos de que tal transferência ameace seu controle sobre o processo produtivo (Gerschenkron, 1976, p. 39-40).

Seguindo o mesmo raciocínio, seria lícito supor que a mesma observação deve ser feita em relação à dimensão política desse processo, que, vale lembrar, é ainda mais importante em países de industrialização tardia, nos quais a intervenção estatal ocupa lugar central<sup>5</sup>. Nesses casos, continua Gerschenkron, atitudes favoráveis ou contrárias à industrialização são tão mais importantes enquanto variáveis explicativas desse processo quanto mais se cristalizarem em ações governamentais. Por essa razão é que “uma abordagem principalmente política da história industrial” seria fundamental (Gerschenkron, 1976, p. 52).

Albert O. Hirschman defende posição similar. Para este autor, o desenvolvimento econômico não depende tanto de se encontrar a combinação ótima de recursos e fatores (os pré-requisitos da industrialização), mas antes de uma atitude favorável a ele e na identificação de recursos e habilidades que estão escondidos e mal utilizados. Para essa tarefa é fundamental a existência de um “agente catalizador” (*binding agent*) que tome “decisões desenvolvimentistas”, isto é, que promova as

---

<sup>5</sup> Segundo Gerschenkron, o Estado é um ator fundamental nos processos tardios de industrialização porque somente ele é capaz, em condições de atraso, de criar alguns pré-requisitos importantes para que esse processo ocorra, como, por exemplo: investimento em setores estratégicos de infra-estrutura, promoção da reforma agrária, liberação de mão de obra das relações sociais pré-capitalistas e colocar à disposição do capital privado recursos financeiros importantes para o investimento nas indústrias. Ainda segundo Gerschenkron, quanto mais tardia for a chegada do país à industrialização, maior será a importância do Estado. Cf. Gerschenkron, 1976.

mudanças e reformas institucionais necessárias, assim como as decisões de investimento propriamente ditas. Nesse sentido, o desenvolvimento econômico certamente é condicionado por condições objetivas, mas, como toda ação humana, suas dificuldades iniciam-se “na mente” (1964, p. 5, 11, 26, nota 33)<sup>6</sup>.

O mesmo tipo de preocupação está presente também em autores mais recentes. Por exemplo, Ray Kiely diz que ao analisarmos os países de industrialização tardia, tanto capitalista (Brasil, Japão, Coreia do Sul) quanto socialista (União Soviética e China), precisamos ser cautelosos ao fazermos qualquer tipo de generalização. Porém, continua o autor, se há um tema em relação ao qual isso pode ser feito com alguma segurança, esse tema é o do papel do Estado. Para este autor, “todas as industrializações [tardias] apoiaram-se num Estado forte, mas quanto mais tarde a industrialização, maior a necessidade de intervenção na economia” (Kiely, 1998, p. 169). A presença do Estado, porém, é entendida também a partir de uma perspectiva que leva fortemente em consideração o elemento volitivo, já que sua importância se deve, para este autor, à presença de uma “elite orientada para o desenvolvimento” (Kiely, 1998, p. 128).

No que diz respeito exclusivamente à América Latina, Fernando Fajnzylber defende a mesma proposição. Para este autor, não é a presença do Estado que explica a diferença entre o desenvolvimento industrial dos países asiáticos (Coreia do Sul, Singapura, Taiwan e Japão) e o dos países da América Latina (especialmente, Brasil, Argentina e Chile). Em ambos os casos, a intervenção estatal nesse processo, e não as forças do mercado internacional, foi fundamental. O que diferencia o desenvolvimento industrial desses dois conjuntos de países é a natureza do protecionismo econômico adotado por eles, um “protecionismo de aprendizagem”, no primeiro caso, e um “protecionismo frívolo”, no segundo (Fajnzylber, 1983, 180). O primeiro tipo de protecionismo caracteriza-se por ser altamente seletivo, francamente voltado para os

---

<sup>6</sup> Não pretendemos, porém, cometer o pecado oposto, que consistiria em tomar as elites estatais como agentes demiúrgicos, capazes de modelar o mundo exatamente de acordo com a sua vontade. Duas observações são importantes aqui: primeiramente, é inegável que as elites estatais, assim como qualquer agente social, têm suas ações constrangidas por limites objetivos incontornáveis; em segundo lugar, conferir importância aos ideais e projetos desses agentes não significa dizer que os resultados produzidos a partir deles correspondam exatamente às suas intenções iniciais. Sobre a necessidade de uma visão nem excessivamente estatista nem excessivamente societalista dos agentes estatais, cf. Migdal, Kohll e Shue, 1996; sobre as relações complexas entre intenções iniciais e efeitos inesperados, ver Merton, 1976 e Boudon, 1993.

setores de bens de capital intensivos em tecnologia<sup>7</sup>, nacionalista e de longo prazo; o segundo, ao contrário, distribui proteção a indústrias não estratégicas e ineficientes, concede lugar excessivo às empresas estrangeiras e estabelece uma relação negativa com o setor agrícola. A diferença entre eles, por sua vez, só pode ser explicada em função do “contraste de aspirações” que caracteriza tanto os agentes industriais como as respectivas elites estatais (Fajnzylber, 1983, p. 171-177).

Esse contraste de aspirações, no entanto, não diferencia apenas o bloco asiático do bloco latino-americano, mas deve ser levado em consideração, segundo o autor, para pensar também as diferenças entre estes últimos. Por exemplo, ao analisar as ditaduras militares do Brasil e do Chile, Fajnzylber observa que, enquanto os militares chilenos adotaram uma franca política de desindustrialização, os militares brasileiros queriam que seu país se guiasse pelo exemplo japonês, motivação esta que ajudaria a explicar o aprofundamento das estratégias desenvolvimentistas adotadas pelo Brasil no governo Geisel (Fajnzylber, 1983, p. 265).

Assim, no caso de todos os autores acima citados, o processo de industrialização tardia em países situados na periferia do sistema capitalista não poderia ser explicado sem se levar em consideração os seguintes fatores: a) o papel ostensivo do Estado na criação de pré-requisitos econômicos necessários à industrialização (já à disposição dos atores econômicos em países precoces, como a Inglaterra); b) por extensão, o papel de uma “elite estatal” orientada por um viés industrializante, determinada a adotar “decisões desenvolvimentistas”; e c), implícito em todos eles, o impacto do processo político no caráter mais ou menos errático da política econômica. Dito de outra maneira, nesses casos o processo de industrialização depende para avançar não apenas de um fator volitivo no nível econômico, mas também de um “ator político” portador de uma “vontade de industrializar”, capaz de assumir posições estratégicas no interior do Estado e de implementar políticas que tenham alguma continuidade.

No entanto, por mais que a importância desse tema seja reconhecida por diversos autores, eles normalmente são apresentados na forma de hipóteses a serem verificadas e raramente são abordados de forma sistemática. Como hipóteses eles enunciam a seguinte proposição: o processo de industrialização não se esgota na produção

---

<sup>7</sup> Segundo Fajnzylber, a magnitude e a estrutura do setor de bens de capital são reveladoras da dinâmica industrial e o estudo deste setor constitui-se em fio condutor para a análise das especificidades dos sistemas industriais nacionais. Cf. Fajnzylber, 1983, p. 53.

substitutiva induzida pelos choques externos, mas se constitui numa “revolução intelectual” que leva alguns países latino-americanos a “rejeitarem explicitamente o crescimento orientado para fora” e a incentivar uma reordenação profunda de sua estrutura produtiva. Essa mudança, para que possa ser produzida, exigirá por sua vez alterações não menos profundas no desenho institucional do Estado e na criação de instrumentos-chave de política econômica. Segundo Bulmer-Thomas, não é no imediato pós-1930 que isso ocorre, período de medidas cambiais e tarifárias essencialmente defensivas, mas somente entre os anos 1940 e 1950 (Bulmer-Thomas, 1998, p. 65 e 112). Portanto, sem abordar essa dimensão política do processo de industrialização dos países periféricos (no nosso caso, do Brasil e da Argentina), a sua plena compreensão seria impossível. O nosso objetivo é tomar tal hipótese a sério.

A nosso ver, há três justificativas para a realização de um estudo dessa natureza. Primeiramente, uma justificativa substantiva. Como dissemos acima, a compreensão mesma desse processo não prescinde de uma análise dos fatores políticos que o viabilizaram, especialmente a formação de uma elite estatal disposta a industrializar. Em segundo lugar, um estudo desse tipo toca em importantes questões teóricas para aqueles que pretendem discutir o papel ativo das elites estatais na construção das nações, tema com o qual trabalhamos desde o nosso mestrado. Por fim, há uma justificativa histórico-cultural para a realização desse tipo de estudo, já que não seria exagero tratar o “desenvolvimentismo econômico” como um tema culturalmente significativo no Brasil e na Argentina. Portanto, a pesquisa justifica-se substantiva, teórica e culturalmente.

#### **4. Objeto de estudo e objetivos**

O objeto de análise desse projeto de pesquisa é a industrialização do Brasil e da Argentina no período que vai de 1930 a 1966. Temos duas questões de pesquisa. Primeira, por que esses países se industrializaram após 1930? Segunda, quais as causas das diferenças de intensidade e ritmo da industrialização em ambos os casos? Como dissemos no item anterior, acreditamos que as respostas a essas questões não podem lançar mão de fatores exclusivamente econômicos. Temos duas hipóteses de pesquisa: a) a natureza da elite estatal que assume as agências econômicas dos dois Estados é

fundamental para responder a primeira questão; b) a natureza do processo político nos dois países permitiria responder a segunda.

No entanto, elaborada dessa maneira, as nossas perguntas de pesquisa cometem a “falácia das várias questões”, que, segundo Fischer, ocorre quando se formula uma questão cuja resposta exige que outras questões sejam previamente respondidas (Fischer, 1970, p. 8). Para evitar tal falácia, é preciso que nossas perguntas sejam destrinchadas em outras mais simples e mais diretas. Nesse sentido, as questões de pesquisa com as quais pretendemos trabalhar podem ser divididas em quatro blocos, que correspondem a quatro fases distintas da pesquisa:

1) Brasil e Argentina efetivamente se industrializaram no período em questão<sup>8</sup>? Se sim, qual foi o ritmo e a intensidade da industrialização de ambos os países?

2) Se a resposta às questões do primeiro bloco forem afirmativas (como sugere a literatura de história econômica), então precisamos perguntar em seguida: as políticas econômicas formuladas pelos Estados argentino e brasileiro nesse período foram importantes para a consolidação desse processo? Se sim, quais foram essas políticas e em que agências estatais elas foram elaboradas?

3) Caso seja constatada a importância da intervenção estatal na promoção da industrialização como uma política sistemática conduzida por certas agências estatais, perguntamos: quem foram os ocupantes dessas agências nos Estados brasileiro e argentino e os principais formuladores da política de industrialização? Essa “elite estatal” tem atributos específicos quanto à sua formação intelectual, à sua trajetória profissional e à sua “ideologia econômica” que serviriam para explicar a orientação industrializante dos dois Estados durante o período em questão? Se sim, como foi

---

<sup>8</sup> Para avaliar se, ao longo de um dado período, um determinado país passou ou não por um processo de industrialização, sugerimos a conjugação de seis critérios: (i) percentual do PIB composto pela atividade industrial; (ii) percentual da população economicamente ativa alocada na indústria; (iii) percentual dos impostos industriais na composição da estrutura fiscal do Estado; (iv) aumento da produção industrial ao longo do tempo; (v) a estrutura do parque industrial, em especial quanto à presença do setor de bens de capital e ao tamanho das plantas; (vi) o status da industrialização: se autônoma ou dependente, isto é, se conduzida por investimentos locais ou se demasiadamente dependente de investimentos estrangeiros. Como se pode perceber, os critérios de (i) a (iv) são quantitativos; o critério (v) refere-se à estrutura do parque industrial e o critério (vi) à posição do país na divisão internacional do trabalho. A definição é operacional, pois fornece critérios claros para saber se o fenômeno em questão ocorre ou não num dado contexto. Tais critérios foram tirados de inúmeros autores. Ver, por exemplo, Kiely, 1998; Gerschenkron, 1976; Thorp, 1998 e French-Davis *et alii*, 1998.

possível que duas sociedades essencialmente agrário-exportadoras produzissem um grupo dessa natureza?

4) Por fim, cabe perguntar: as diferenças de ritmo e intensidade eventualmente constatadas na resposta ao primeiro bloco de questões podem ser explicadas a partir da dinâmica da luta político-ideológica nesses dois países? Se sim, como?

O estudo do período que vai de 1930 a 1966 se justifica por quatro razões. Primeiro, a literatura é mais ou menos consensual ao afirmar que as tentativas de romper com a dinâmica exportadora em direção a um processo mais ou menos sistemático de industrialização têm início nas medidas essencialmente defensivas do imediato pós-1930 e que o processo de substituição de importação teria atingido o seu auge nos anos 1960, com a instauração de um setor produtor de bens de capital. Em segundo lugar, durante esse período teria se dado uma profunda modificação institucional do Estado com vistas ao seu aparelhamento para promover políticas econômicas favoráveis à industrialização. Em terceiro lugar, essa modificação institucional teria sido conduzida por um grupo estatal que teria se formado e consolidado ao longo desse período. Por fim, esses quase quarenta anos concentram uma infinidade de crises políticas nos dois países cujos efeitos sobre o processo de industrialização pretendemos analisar.

Para terminar esse item, convém falar rapidamente o que a pesquisa *não* pretende fazer. Primeiro, não pretende ser um estudo sobre a relação centro/periferia. Ou seja, não pretendemos destacar a natureza da relação entre o capitalismo periférico e as potências capitalistas centrais. Como ficou claro nas questões acima, o nosso foco recai sobre os determinantes políticos internos do processo de industrialização. Segundo, não pretendemos fazer um estudo da totalidade dos agentes envolvidos no processo de industrialização. Essa observação é importante porque o enfoque sobre os agentes político-estatais não implica ver o Estado e a elite estatal como um *Deus ex machina* capaz de conduzir a industrialização desses países com total autonomia frente aos grupos sociais e econômicos. Temos consciência de que a atuação dos próprios empresários, por exemplo, foi importante nesse processo. No entanto, esses agentes não são o objeto de estudo da pesquisa. Em terceiro lugar, o estudo não pretende analisar a relação entre industrialização e desenvolvimento, isto é, saber em que medida esse processo produziu (ou não) distribuição de renda e igualdade social. Apesar de avaliar



que a industrialização é condição fundamental para a construção de uma nação soberana, temos consciência que ele não produz, por si só, efeitos positivos do ponto de vista do desenvolvimento social. Por fim, o fato de enfatizar os aspectos políticos desse processo não quer dizer que desprezamos a importância de determinados pré-requisitos sociais para o processo de industrialização, notadamente a existência de um contingente significativo de trabalhadores livres passíveis de serem empregados pela indústria. Não pretendemos, porém, analisar essa questão.

## **5. Metodologia**

Evidentemente, a metodologia a ser utilizada tem a ver com o desenho geral da pesquisa e com as questões de trabalho anunciadas no item anterior. Nesse sentido, podemos identificar três estratégias metodológicas.

### *5.1 Metodologia comparativa*

O desenho geral da pesquisa é comparativo. Isso quer dizer que não pretendemos recuperar a história da industrialização do Brasil e da Argentina apenas com o objetivo de “contar” os eventos de maneira paralela, mas sim identificar semelhanças e diferenças significativas do ponto de vista da explicação desse processo. O nosso interesse maior, impossível de ser realizado neste primeiro momento, é tentar captar as causas adequadas<sup>9</sup> da industrialização na América Latina, e não apenas no Brasil e na Argentina. Para tanto, seria necessário utilizar aquilo que Stuart Mill chamou de “método indireto da diferença” (Stuart Mill, 1886, p. 258-259), isto é, a análise conjunta de casos positivos (países que se industrializaram) e casos negativos (países que não se industrializaram). Desse modo, poderíamos produzir explicações causais mais confiáveis.

Nesse primeiro momento, porém, escolhemos analisar dois países que supostamente comporiam o universo dos casos positivos, Brasil e Argentina. Os dois países são muito semelhantes em vários aspectos, mas também comportam uma série de diferenças interessantes, cujo provável impacto no ritmo e na intensidade do seu

---

<sup>9</sup> A expressão “causa adequada” (em oposição a termos como “causa necessária” e “causa suficiente”) foi utilizada por Max Weber para atenuar os pressupostos determinísticos implícitos no método indireto da diferença, amplamente utilizado por ele. Ao falar em causa adequada, Weber queria defender uma visão claramente probabilística dos seus enunciados causais. Cf. Weber, 2004, p. 184-185. Sobre o caráter probabilístico do conhecimento histórico comparativo, ver Fischer, 1970, p. 129.

processo de industrialização seria interessante analisar<sup>10</sup>. A industrialização nesses dois países parece seguir um caminho semelhante, mas com diferenças significativas de ritmo e intensidade, sendo aparentemente mais estável e profundo no Brasil que na Argentina. Acreditamos que tais semelhanças e diferenças possam ser explicadas levando-se em consideração duas variáveis políticas: a natureza da elite estatal que assume as funções econômicas do Estado e a dinâmica do processo político em ambos os países, entre 1930 e 1966.

Assim, Argentina e Brasil são, para utilizar a expressão de Durkheim, sociedades “de uma mesma espécie e num mesmo estágio de desenvolvimento” (Durkheim, 1978, p. 118 e 121-122)<sup>11</sup>. São nações contíguas territorialmente, inicialmente ocupadas por potências europeias com a finalidade de produzir bens primários para o mercado externo; ocupam, desde o seu nascimento como colônias e também após a independência, a mesma posição na divisão internacional do trabalho; nascem como nações autônomas no mesmo período; sofrem da mesma forma os choques externos e adotam reações similares a eles; por fim, seguem caminhos semelhantes quanto ao processo de industrialização, substituindo primeiro a produção de bens de consumo não duráveis, para depois investir em setores tecnologicamente mais densos. Com relação a esse último ponto, acreditamos que, nos dois casos, a presença de uma elite estatal disposta a industrializar é um fator explicativo importante dessa semelhança.

Ao mesmo tempo, porém, Brasil e Argentina têm especificidades políticas interessantes que podem nos ajudar a entender as diferenças encontradas no ritmo e na intensidade da industrialização de ambos os países<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> O fato de analisarmos, nesse primeiro momento, apenas dois casos positivos inviabiliza a busca de causas adequadas do processo de industrialização na América Latina, mas não nos impede de avançar naquele tipo de análise que Skocpol e Somers (1997), referindo-se a Reinhard Bendix, chamaram de “contraste de contextos”. Esse tipo de análise se preocupa em identificar os aspectos particulares de um processo universal, nesse caso, a industrialização. Quanto a Bendix, o estudo exemplar é *Construção nacional e cidadania*.

<sup>11</sup> A comparação entre unidades semelhantes de modo a aumentar o número de “condições paramétricas” que possam facilitar o controle do impacto das variáveis analisadas é um conselho metodológico que se encontra em diversos autores, além de Durkheim. Ver, por exemplo, Gerschenkron, 1976, p. 64; Bloch, 1998, p. 123 e, entre os mais contemporâneos, Przeworsky e Teune (1980, p. 26), que defendem a comparação entre “espécies de sistemas sociais”, e Lijphart (1971, p. 687-89), defensor do que ele chama de *area approach*, comparação entre casos similares, pertencentes a um mesmo *background*.

<sup>12</sup> Não cabe apresentar nesse projeto as evidências acerca dessas diferenças. Para esse ponto, ver Bulmer-

A primeira diferença pode ser encontrada na intensidade dos conflitos político-ideológicos que permeiam a história argentina. Por exemplo, Nicolas Shumway, ao analisar as “ficções diretrizes” que caracterizam a sociedade argentina no século XIX, mostra como elas se formaram em radical oposição umas às outras: de um lado, um liberalismo mimético, avesso a tudo que o interior argentino representava, desejoso de submeter toda a nação às orientações unitaristas de Buenos Aires; de outro, uma tradição “populista” interiorana e gauchesca. Assim, desde o início, constituíram-se dois campos políticos, ideológicos e culturais radicalmente distintos, o que teria produzido a “mitologia da exclusão” e uma “sociedade de opositores” (Shumway, 2008). Romero, por sua vez, mostra como essa lógica da exclusão foi atualizada no século XX, atingindo seu auge depois do advento do peronismo (Romero, 2006). Nada similar, pelo menos com essa intensidade, pode ser encontrado no Brasil.

Outra diferença importante, que acentua ainda mais a primeira, é a presença na Argentina, desde finais do século XIX, de uma sociedade civil muito mais densa, organizada e mobilizada que no Brasil. Partidos políticos umbilicalmente vinculados a determinados setores da sociedade argentina surgem já no final do século XIX, como a União Cívica Radical e o Partido Socialista. A eleição de um opositor ao regime do porte de Hipólito Yrigoyen, em 1916, seria impensável no Brasil da Primeira República.

Por fim, e talvez mais importante, como sugerem Fausto e Devoto (2004), o liberalismo econômico parece ser muito mais forte e arraigado na vida política argentina do que a orientação desenvolvimentista, ocorrendo o contrário no Brasil. A impressão que se tem ao ler a história da política econômica dos dois países no pós-1930 é que o desenvolvimentismo argentino sempre teve que lutar para se impor às orientações liberais, enquanto que no Brasil eram as orientações liberais que se viam obrigadas a enfrentar um desenvolvimentismo solidamente instalado nas agências estatais. Com relação a esse ponto, aliás, é importante notar o significado radicalmente diferente do ano de 1930 para ambos os países: enquanto na Argentina o golpe de 1930, em que José Felix Uriburu depõe Hipólito Yrigoyen, é uma reação conservadora que reafirma o poder dos setores oligárquico-exportadores liberais, no Brasil o golpe de 1930

---

Thomas, 1998; Thorp, 1998; French-Davis, 1998 e Fajnzylber, 1982. Esses textos indicam, essencialmente, que a partir da década de 1940 a industrialização brasileira é mais estável e robusta.

representa a ascensão de uma elite política que efetivamente colocou termo às velhas orientações políticas e econômicas da sociedade exportadora.

Se há diferenças de ritmo e intensidade no processo de industrialização de Brasil e Argentina, as causas dessas diferenças podem ser encontradas exatamente porque as condições comuns a ambos podem ser descartadas como fatores explicativos, permitindo ao analista se concentrar nas dessemelhanças citadas acima como prováveis causas da diferença entre os processos de industrialização dos dois países.

Assim, essas semelhanças e diferenças tornam a comparação entre Brasil e Argentina particularmente interessante e mostram que, para usar a expressão de Sartori, não estamos a comparar *catdogs*, isto é, construções fictícias elaboradas a partir de critérios classificatórios duvidosos (Sartori, 1991). Comparar coisas totalmente idênticas não é recomendável, já que não faria sentido comparar uma coisa com ela mesma; mas comparar coisas totalmente diferentes também não faria sentido, pois, nesse caso, o controle das variáveis, cerne do procedimento comparativo, seria inviável.

### 5.2 Metodologia histórico-bibliográfica

A metodologia histórico-bibliográfica será utilizada para responder especialmente às questões (1), (2) e (4) anunciadas no item anterior. Para tanto, focaremos a nossa atenção em três tipos de literatura: a) uma literatura de história econômica que descreva a industrialização no Brasil e na Argentina durante o período indicado; b) uma literatura de história da política econômica, que descreva as medidas favoráveis à industrialização e identifique as agências e atores estatais responsáveis pela implementação de tais medidas; e c) uma literatura de história política geral, que sintetize os momentos de inflexão política por que passaram Brasil e Argentina após 1930. Reiteramos que o objetivo fundamental do projeto de pesquisa não é “contar história”, mas identificar as possíveis causas políticas das semelhanças e diferenças de ritmo e intensidade do processo de industrialização em ambos os países.

É importante observar que, por meio da literatura lida até o momento, uma ampla bibliografia já foi coletada e que a maior parte dessa bibliografia encontra-se disponível na biblioteca do *Latin American Centre* (<http://www.bodleian.ox.ac.uk/lac>), na *Oxford University*.

### 5.3 Metodologia prosopográfica

A parte final da pesquisa, a ser realizada depois da coleta de dados feita durante o estágio pós-doutoral, usará o método prosopográfico. Na definição exemplar de Laurence Stone, “prosopografia é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. O método empregado consiste em estabelecer um universo a ser estudado e então colocar um conjunto de questões uniformes – sobre nascimento e morte, casamento e família, origem social e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e fonte da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos públicos e assim por diante. Os vários tipos de informação sobre os indivíduos são então justapostos e combinados e são examinados em busca de variáveis significativas. Elas são testadas tanto em busca de correlações internas quanto em busca de correlações com outras formas de comportamento e ação”<sup>13</sup> (107).

Parte da pesquisa realizada durante o estágio pós-doutoral servirá para delimitar rigorosamente este grupo que pretendemos analisar, no Brasil e na Argentina, a saber, os membros da elite estatal que ocuparam lugar estratégico na elaboração da política industrial nesses dois países, durante o período analisado. O objetivo final seria averiguar a existência de possíveis relações explicativas entre a natureza do grupo e a natureza do processo de industrialização vivenciado pelos dois países.

## **6. Motivação, Relevância, Plano de atividades e cronograma de execução (2011-2012)**

A minha motivação para a realização de pesquisa vem de minha vontade em querer dar continuidade a estudos realizados no meu doutorado sobre a relação entre Estado e política econômica, no caso a política de industrialização no Brasil e na Argentina. Esse projeto é relevante intelectual e institucionalmente. No primeiro caso, darei continuidade a uma atividade de pesquisa que venho mantendo desde o meu mestrado, a saber, o estudo das elites estatais, tendo a oportunidade de fazê-lo num centro de referência internacional na área e por meio de uma pesquisa comparativa. No segundo caso, como membro de um Programa de Pós-Graduação em Ciência Política bastante recente (o PPGCP-UFPR), creio que minha experiência no *Latin American*

---

<sup>13</sup> Para definições semelhantes e exemplos operacionais, ver Sérgio Micelli, 2001 e Charle, 1987 e 2006.

*Centre* contribuirá para a consolidação do referido Programa. Por isso, proponho o seguinte plano de atividades.

Atividades	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abril	Mai	Jun	Jul
1											
2											
3											
4											
5											

1 Leitura de história econômica

2 Leitura sobre política econômica e agências estatais

3 Leitura sobre processo político

4 Identificação dos agentes estatais estratégicos para a formulação de política econômica

5 Elaboração de texto comparativo final

### 7. Forma de análise de resultados

A natureza da pesquisa é bibliográfica e comparativa. Ou seja, por meio da leitura de obras centrais, retiraremos os dados que nos interessam e a interpretação desses dados será feita a partir de uma perspectiva comparativa. Isso indica que não se trata de narrar exaustivamente os fatos da industrialização no Brasil e na Argentina, mas de identificar as eventuais causas políticas capazes de explicar o processo de industrialização do Brasil e da Argentina após 1930 e as diferenças de ritmo e intensidade desse processo. O método comparativo, portanto, funciona como ferramenta explicativa e não meramente descritiva.

### 8. Bibliografia de referência

BLOCH, Marc. “Comparação”. *In: Marc Bloch: História e historiadores*. Lisboa, Teorema, 1998 : 111-118.

BOUDON, Raymond. *Effets pervers et ordre social*. Paris, Quadrige/Presses Universitaires de France, 1993.

BULMER-THOMAS, Victor. “The Latin American Economies, 1929-1939”. *In: L. Bethel (ed.), Latin America: Economy and Society since 1930*. Cambridge. Cambridge University Press, 1998 : 65-114.

CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina. Ensaio de interpretação sociológica*. 7ª Edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1984 [1970].

CHARLE, Christophe. *Les elites de la République (1880-1900)*. Paris, Fayard, 1987.

- CHARLE, Christophe. “A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas”. In F. M. Heinz, *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2006.
- DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1978.
- FAJNZYLBBER, Fernando. *La industrialización trunca de América Latina*. México, Editorial Nueva Imagen, 1983 : 420 p.
- FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de histórica comparada (1850-2002)*. São Paulo, Editora 34, 2004.
- FFRENCH-DAVIS, Ricardo; MUÑOZ, Oscar e PALMA, José G. “The Latin American Economies, 1950-1990”. In L. Bethell (ed.), *Latin America. Economy and Society since 1930*. Cambridge, Cambridge University Press, 1998 : 149-237.
- FISCHER, David Hackett. *Historian’s Fallacies. Toward a Logic of Historical Thought*. New York, Harper & Row Publishers, 1970 : 338 p.
- GERSCHEKRON, A. *Economic Backwardness in Historical Perspective. A Book of Essays*. Cambridge, Harvard University Press, 1976 [1962].
- HIRSCHMAN, Albert O. *The Strategy of Economic Development*. New Haven, Yale University Press, 1964 [1958].
- LIJPHART, Arend. “Comparative Politics and the Comparative Method”. *American Political Science Review*. Vol. 65, No. 3, Sep, 1971 : 682-693.
- MERTON, Robert K. “As conseqüências não-antecipadas da ação social”. In: *A ambivalência sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1979 : 194-208.
- MICELI, Sérgio. “Biografia e cooptação (O Estado atual das fontes para a história social e política das elites no Brasil)”. In *Intelectuais à brasileira*, São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- MIGDAL, Joel S.; KOHLI, Atul e SHUE, Vivienne. *State Power and Social Forces. Domination and Transformation in the Third World*. Cambridge, Cambridge University Press, 1996.
- PRZEWORSKI, Adam e TEUNE, Henry. *The Logic of Comparative Social Inquiry*. Krieger Publishing Company, Malabar, Florida, 1982 [1970].
- ROMERO, Luis Alberto. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2006.
- SARTORI, Giovanni. “Comparing and Miscomparing”. *Journal of Theoretical Politics* 3(3): 243-257, 1991.
- SKOCPOL, Theda e SOMERS, Margaret. “The Uses of Comparative History in Macrosocial Inquiry”. In: T. Skocpol (ed.), *Social Revolutions in the Modern World*. Cambridge, Cambridge University Press, 1997 : 72-95.
- SHUMWAY, Nicolas. *A invenção da Argentina: história de uma idéia*. São Paulo, Edusp/UnB, 2008.

STONE, Lawrence. "Prosopography". In F. Gilbert and S. R. Graubard (eds.), *Historical Studies*, New York/London, W.W. Norton & Company, 1972, pp. 107-140.

STUART MILL, John. *System of Logic Ratiocinative and Inductive Being a Connected View of the Principles of Evidence and the Methods of Scientific Investigation*, People's Edition, versão facsimile, 1886.

TAVARES, Maria da Conceição. "Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil". In: Maria da Conceição Tavares, *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

THORP, Rosemary. "The Latin American Economies, 1939-1950". In: L. Bethel (ed.), *Latin America: Economy and Society since 1930*. Cambridge. Cambridge University Press, 1998 : 115-148.

WEBER, Max. "Critical Studies in the Logic of the Cultural Sciences: A critique of Eduard Meyer's Methodological View". In: Max Weber, *The Methodology of the Social Science*. ADB Publishers, India, 2004 [translated and edited by Edward A. Shils and Henry A. Finch] : 113-188.